



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### ATA N.º 03

#### MANDATO 2025/2029

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1. – Aprovação das atas n.º 1 de 31.10.2025 e n.º 2 de 09.12.2025. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 - 1.ª Alteração do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Empresarial de Campo (PUZIEC) – Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão final; -----

2.2 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2026; -----

2.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2026; -----

2.4 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2025, a cobrar no ano 2026. -----

2.5 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2026, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----

2.6 – 5.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2025; -----

2.7 - Atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, para o ano 2026; -----

2.8 - Complexo Integrado de Saúde (hospital) e Hotel - Pedido de reconhecimento como Empreendimento de Carácter Estratégico, ao abrigo dos artigos 54.º a 56.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Valongo, para efeitos de admissão do acréscimo do n.º de pisos e altura da fachada - Ponderação dos resultados da discussão pública e versão final para submissão a aprovação pela Assembleia Municipal de Valongo; -----

2.9 - Proposta de Designação do Fiscal Único para a Empresa Municipal Vallis Habita, E.M.. -----

3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Hélio Fernando da Silva Rebelo, Patrícia Raquel de Oliveira Lourenço, Ângela Alexandra Vieira Bragança, Rui João da Silva Marques e Rui Fernando Marques da Silva. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, António Pedro Pinto Ribeiro Pimenta Rolão, Arnaldo Pinto Soares, Clife Martim Dias Murtinheira de Lima, Ivo Vale das Neves, José António Ribeiro

Carvalho, Madalena Sofia Alves de Oliveira, tendo sido substituídos, respetivamente, por Ricardo Miguel Almeida Mendes, Hugo Gilberto da Costa Barbosa, Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima, Ana Sofia Sousa de Melo, Andreia Filipa Barbosa Pacheco Madeira e Fernando Jorge das Neves Ferreira. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início à sessão. -----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, **António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra aos munícipes inscritos. -----

A Munição, **Isabel Maria Mano da Costa**, dizendo que possui um estabelecimento na rua do Padrão, as Criações Paulino, o estabelecimento mais antigo de Valongo. -----

No passado sábado, dia 13 de dezembro, por volta das 10.30 horas, apercebeu-se, que, mais uma vez, o agora Presidente de Junta, Ivo Neves, estacionou a sua moto em frente à porta do seu estabelecimento, um espaço pintado de verde. Por norma, o senhor Presidente de Junta, tem por hábito estacionar a sua moto nas cargas e descargas, assim como em frente à sua porta. -----

No passado sábado, dia 13, aconteceu algo que nunca pensou viver, e a deixou bastante perturbada, como, normalmente, os lugares de estacionamento estão completos, assim como as cargas e descargas, um cliente ia levantar uma encomenda e ligou-lhe, muito chateado, porque nem à porta conseguiu, pois a moto do senhor Presidente de Junta estava a ocupar esse espaço. -----

Ligou para a Polícia Municipal a comunicar o sucedido e a resposta que obteve foi que se a moto estava a incomodar para ir ao barbeiro, em frente, chamar a pessoa. -----

Disse de seguida que, pelas 11.00 horas, o senhor Presidente de Junta, Ivo Neves, saiu da barbearia, chamou por ele e contou-lhe o sucedido, ao que lhe respondeu que ali não era lugar de estacionamento e o cliente não podia lá estacionar, ela apontou para a moto e disse-lhe que para a moto dele já era estacionamento, ao que ele referiu que iria ter ali estacionamento para motos e encaminhou-se para a moto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra aos/às Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Andresa Baptista da Silva**, disse que pretendia abordar um tema de grande proximidade e importância para a qualidade de vida da cidade, a mobilidade e a circulação rodoviária na freguesia de Valongo. -----

As recentes alterações implementadas partiram de uma premissa e da vontade do anterior executivo em melhorar o ordenamento do território, trazer maior segurança à circulação de peões, estimular a mobilidade pedonal, promover mais estacionamento no centro da freguesia, reduzir a sinistralidade rodoviária e estimular o comércio local, entre outros objetivos. Contudo, a experiência prática tem gerado preocupações e constrangimentos a quem vive e trabalha em Valongo. -----

Relembrou que algumas alterações que foram implementadas pelo anterior executivo, respondendo, por um lado, à necessidade de dar maior fluidez ao trânsito, alteração na rua da Passagem e, por outro lado, a alteração do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

passeio da Praça Machado dos Santos, para que fosse eliminada a dificuldade na transição para a rua Joaquim Marques dos Santos. -----

Realçava a forma empenhada e construtiva como os cidadãos se têm envolvido num assunto tão sensível, manifestando as suas preocupações num exercício de cidadania, que merece o nosso total respeito. -----

Nesse sentido, saúda a abertura e sensibilidade do senhor Presidente da Câmara ao ter, como primeiro ato público após a sua tomada de posse, feito a receção aos munícipes, numa reunião de onde resultou o compromisso de realizar um estudo técnico. Decisão que demonstra que o executivo está atento e disponível para reavaliar todas as soluções, em nome do bem-estar comum. -----

Assim, colocava as seguintes questões: considerando o compromisso de realizar um novo estudo, qual o seu objetivo; qual o cronograma previsto para a apresentação dos resultados; de que forma serão comunicadas as conclusões. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que pretendia colocar duas questões, que considera fundamentais para a segurança e qualidade de vida de quem vive em Ermesinde. -----

A primeira prende-se com a com uma situação que se tem verificado na rua Primeiro de Dezembro, na interseção com a travessa Primeiro de Dezembro, onde têm ocorrido acidentes de forma regular, um problema que tem gerado preocupação junto dos residentes da zona. Já ouviram falar de duas soluções possíveis para mitigar o risco, a colocação de semáforos, que implicaria um investimento mais significativo e uma intervenção mais complexa, ou a inversão do sentido de marcha, que aparenta ser uma solução mais económica e mais rápida de implementar. -----

A segunda questão diz respeito às alterações climáticas, que estão cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia e que têm provocado fenómenos de chuva intensa cada vez mais frequentes e, que, infelizmente, têm causado problemas sérios e inundações, nomeadamente na zona da estação de Ermesinde e em toda a Rua Rodrigues de Freitas. -----

Apesar de terem conhecimento que as sarjetas se encontram limpas, a tubagem já não consegue suportar o volume de água que se acumula durante os episódios de precipitação intensa, resultando em alagamentos que afetam a circulação, a segurança e o bem-estar da população. -----

Assim, no âmbito da quadruplicação da via-férrea e das obras necessárias para essa intervenção, gostaria de saber se a Câmara Municipal abordou a CP com vista à renovação da tubagem, que faz a ligação com a zona da Gandra, pois é fundamental perceber se a questão foi considerada e se existem medidas concretas para resolver aquele problema estrutural que, infelizmente, tende a agravar-se com a evolução das condições climáticas. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que pretendia fazer um balanço daquela que foi a presença no Congresso da Associação Nacional de Municípios, votada na Assembleia Municipal. -----

No início do mês estive no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ouviram-se todos os municípios a reclamarem, legitimamente, mais competências, mais autonomia e, sobretudo, um envelope financeiro adequado, não transformando as câmaras municipais em meros tarefeiros do Estado. -----

Ouviu, como todos ouviram, críticas à forma como o Governo vai empurrando o tema com a barriga, adiando soluções estruturais, prometendo reformas que nunca chegam a concretizar-se. -----

Disse de seguida que as câmaras pedem mais ao Governo Central, mas raras vezes se mostram disponíveis para delegar, descentralizar e confiar nas freguesias. Aqui parece-lhe necessário fazer um paralelismo com o Orçamento do Estado. -----

O Orçamento para 2026 propõe o valor mais baixo dos últimos cinco anos no que diz respeito à atualização das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, depois de anos em que se registaram aumentos expressivos, chegam agora a um crescimento residual, claramente insuficiente face à realidade das autarquias. -----

O Orçamento de Estado para 2026, a subvenção geral para as freguesias fixa-se em cerca de 406 milhões de euros, o que representa um aumento de pouco mais de 10 milhões face do ano passado, cerca de 2,56%, nos 3 anos anteriores, os aumentos foram sucessivamente de 5,9, 19,2 e 13,5, passando de um crescimento robusto para um crescimento muito baixo. -----

Mais grave ainda, este recuo acontece no momento que os encargos das freguesias aumentam, aumentam os custos com o pessoal, aumentam os custos com energia, com combustíveis, com serviços e aumentam, naturalmente, as expectativas das populações, e o envelope financeiro não acompanha. -----

A ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias refere que, no que toca às freguesias, é o pior orçamento dos últimos 5 anos, e lembra que, com o modelo atual, muitas freguesias terão dificuldades, até, em regularizar vínculos precários e suportar o aumento dos custos com recursos humanos. Sublinha, ainda, que em muitas realidades, as transferências de Estado quase não chegam para pagar as despesas com funcionários. -----

Tudo isto acontece num contexto em que o próprio Governo sublinha que as transferências globais para o poder local, municípios e freguesias, crescem acima da inflação e atingem valores recordes. Portanto, se para as freguesias não chega, o dinheiro tem de estar a ir para os municípios, o Estado diz que está reforçado pelo poder local. -----

Um estudo recente, coordenado pelo ISCTE, mostra que cerca de 70% dos portugueses confiam na sua Junta de Freguesia, que coloca as juntas de freguesia no topo das instituições em que os cidadãos mais confiam, lado a lado ou mesmo acima do Presidente da República, acima do Governo, acima da Assembleia da República e acima das Câmaras Municipais. É na Junta de Freguesia que as pessoas batem à porta, que ligam quando têm um problema. É na freguesia que o Estado deixa de ser uma abstração e passa a ter um rosto, um nome e número de telemóvel. -----

Um outro estudo, divulgado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, confirma que uma esmagadora maioria reconhece o papel essencial do poder local no desenvolvimento do país, valorizando o trabalho autárquico e a proximidade dos eleitos locais. Portanto, não está a falar de uma estrutura burocrática periférica que poucas pessoas reconhecem, ou a que poucas pessoas recorrem, estão a falar do nível de poder em que os portugueses mais acreditam. -----

No Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, aquilo que se ouviu em relação ao Governo por parte dos municípios, em grande medida é aquilo que muitas freguesias sentem em relação aos municípios, decisões tomadas, competências atribuídas sem meios suficientes e uma descentralização que fica muitas vezes pelo discurso. -----

Disse, de seguida, que quando uma freguesia tem meios, todo o território ganha, quando uma freguesia é estrangulada perde o município e perde toda a comunidade, para além de perder a própria democracia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Entende que o município de Valongo inverta o ciclo de degradação de condições financeiras das freguesias e dê um sinal claro, para dentro e para fora, reforçando a capacidade de as freguesias desenvolverem o seu trabalho. Não podem viver num município onde das seis autarquias locais, a Câmara Municipal e cinco juntas de freguesia, cinco delas terão certamente muita dificuldade financeira para adquirir sequer uma viatura de serviço, algo tão básico quanto essencial para responder às suas populações. -----

Quando uma freguesia tem meios para manter o espaço público cuidado, apoiar associações, intervir socialmente, estar presente nas escolas, nos bairros e junto dos mais frágeis, ganha o município inteiro. Quando uma freguesia é estrangulada, todo o território paga o preço em degradação urbana, em desânimo social e em afastamento dos cidadãos da vida pública. -----

-----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse iniciar a intervenção na Assembleia Municipal com um requerimento sobre o cruzamento junto à Santa Casa da Misericórdia em Valongo. Trata-se do último requerimento respondido pela Câmara Municipal, no mandato anterior, e constitui o exemplo de uma prática que entendem que de ser corrigida neste novo ciclo político. -----

Relativamente ao primeiro aspeto, o requerimento apresentado foi enviado à Mesa da Assembleia a 30 de julho, tendo a CDU recebido resposta apenas a 9 de outubro. A resposta limitou-se à indicação de que está a ser realizado um estudo para resolver o problema, esperando-se a sua concretização em 2026. Não estão perante um requerimento de elevada complexidade que justificasse um tão longo período de resposta. -----

Depois, questiona se esse procedimento é aceitável por parte de um executivo que se afirmava transparente e próximo dos munícipes. Questiona, também, se os cidadãos que se dirigem à CDU são menos valonguenses do que os outros e por isso, menos merecedores de respostas. -----

Disse de seguida que, neste mandato, enviaram dois requerimentos à Mesa da Assembleia que foram respondidos com celeridade. Por essa razão, acreditam que este executivo possa adotar uma postura diferente e verdadeiramente diferenciadora. -----

Não pretende deixar cair o problema do cruzamento junto à Santa Casa da Misericórdia, gostaria de saber se o estudo referido se encontra já concluído e se o orçamento que será apresentado prevê a afetação de verbas para a resolução dessa situação. -----

De seguida questionou: -----

### ESPAÇOS ESCOLARES COM CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO -----

Verifica-se que as escolas do 1.º ciclo do concelho de Valongo continuam sem dispor de espaços cobertos adequados para a prática de atividade física durante o período de inverno. Esta situação afeta inclusive estabelecimentos de ensino construídos recentemente, como a Escola Básica do Mirante de Sonhos em Ermesinde, inaugurada em 2019. -----

Sempre que ocorrem períodos de chuva, os alunos ficam impedidos de realizar atividade física, quer no âmbito da componente curricular obrigatória de Educação Física, quer no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, nomeadamente modalidades como o basquetebol. Na prática, durante vários meses do ano, as crianças ficam privadas de exercício físico em contexto escolar. -----

Esta realidade assume particular gravidade num contexto em que o sedentarismo e a obesidade infantil são problemas reconhecidos, sendo a escola, para muitas crianças — sobretudo as provenientes de famílias com menos recursos — o único espaço onde têm acesso regular a atividades desportivas organizadas. -----

Tendo em conta que estão previstas obras em vários estabelecimentos escolares do concelho, requer-se à Câmara Municipal de Valongo que informe: -----

Se reconhece a inexistência de espaços cobertos para a prática desportiva nas escolas do 1.º ciclo como um problema estrutural no concelho; -----

Se esta situação está a ser considerada no planeamento das obras previstas ou em futuras intervenções nas escolas do 1.º ciclo; -----

Que medidas concretas estão previstas para garantir, ao longo de todo o ano letivo, a prática regular de atividade física pelas crianças. -----

SITUAÇÃO DE DEGRADAÇÃO URBANA, HIGIENE E SALUBRIDADE NA RUA CESÁRIO VERDE, URBANIZAÇÃO “NOVO ESPAÇO”, FREGUESIA DE CAMPO -----

Chegou ao conhecimento da CDU uma exposição de uma munícipe residente há mais de duas décadas na Rua Cesário Verde, na urbanização conhecida como “Novo Espaço”, freguesia de Campo, onde são relatadas situações persistentes de degradação do espaço público, falta de higiene urbana e ausência de manutenção regular. -----

Entre os problemas identificados destacam-se a degradação dos espaços verdes e do mobiliário urbano, a inexistência de limpeza e lavagem das ruas e contentores, a desorganização do sistema de recolha de resíduos urbanos, a acumulação frequente de lixo no espaço público e a proliferação de pragas, com prejuízo evidente para a saúde pública e qualidade de vida da população. -----

Face ao exposto, requer-se à Câmara Municipal de Valongo que informe: -----

Se tem conhecimento da situação existente na Rua Cesário Verde e se foram realizadas vistorias ou avaliações recentes no local; -----

Que medidas concretas estão previstas para a melhoria da recolha de resíduos urbanos, limpeza do espaço público e lavagem de contentores e arruamentos; -----

Que ações estão previstas para a manutenção dos espaços verdes e restantes áreas públicas da urbanização; -  
Se existe articulação com a Junta de Freguesia de Campo e com a entidade responsável pela recolha de resíduos, e que responsabilidades cabem a cada entidade; -----

Se está prevista alguma intervenção integrada para travar o processo de degradação urbana e social identificado. De seguida fez a seguinte Tomada de Posição: -----

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026: MAU PARA O PAÍS E MAU PARA VALONGO -----

O Orçamento do Estado para 2026, apresentado pelo governo PSD/CDS e viabilizado pelo PS, é parte de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e das populações da região e do País, marcado pelos benefícios fiscais a quem mais tem, pelo desvio de recursos do Serviço Nacional de Saúde para os grupos do negócio da doença, pelas transferências para novas Parcerias Público Privadas e pelos apoios aos dourados residentes não habituais. -----

É um Orçamento que falha nos serviços públicos, desde logo no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública, mas também falha na necessária valorização do trabalho e dos trabalhadores, nas reformas e pensões, no investimento público, na habitação, nos transportes, na cultura, na ciência, nas creches, nos lares, na floresta. ---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Apesar do conteúdo negativo do Orçamento de Estado, o PCP não deixou de intervir apresentando mais de 500 propostas de alteração para responder às necessidades do País e de todos os que cá vivem e trabalham, entre as quais a proposta para pôr fim às portagens na ex-SCUT A41 e a proposta de prolongamento da linha de Leixões até Ermesinde. -----

Mesmo tratando-se de questões de grande importância para as populações do concelho, que cá todos dizem defender, as propostas acabaram chumbadas com o voto contra do PSD, CDS e IL e com a abstenção do PS. -- Estes partidos demonstraram, uma vez mais, fazer na Assembleia da República diferente do que defendem no concelho, comprovando que não merecem a confiança dos valonguenses. -----

O PCP não deixará de intervir e não desperdiçará nenhuma oportunidade de lutar pela resolução destes problemas, apelando às populações que se mobilizem para intervir na exigência do fim das portagens na A41 e pelo prolongamento da linha de Leixões até Ermesinde. -----

Eu agora aproveitava que acho que ainda tenho algum tempo, não muito, mas já que vai ser aqui abordada a questão de se é possível ou não um estudo para alteração do sentido de trânsito em Valongo, questionava se para a rua da Costa, em Ermesinde, se não poderá também ser feito esse estudo. A solução apresentada em que o peão é que é o principal e os carros é que têm de parar, parece-nos que não está a funcionar. -----

-----  
A Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado, **Ana Paula Cruz Lourenço**, disse que é com grande responsabilidade e um profundo sentido de compromisso com a comunidade que partilha a realidade da freguesia de Sobrado e os desafios diários que temos enfrentado. Não é fácil falar das dificuldades, mas é essencial que todos compreendam o que está em jogo e o quanto o apoio do município é decisivo para o futuro de sobrado. --- Quando assumiu a presidência da Junta de Freguesia de Sobrado, a situação financeira era difícil, mas o que mais impressionou foi a total falta de organização administrativa, não havia um histórico digitalizado, não havia meios para garantir condições mínimas de trabalho para os colaboradores e a dívida de cerca de 30 mil euros, o que exigiu negociações intensas. com os credores para conseguirem pôr a Junta de Freguesia a funcionar. ----- Quando falam de Sobrado não estão a falar, apenas, de números ou de relatórios, estão a falar de pessoas, de famílias, de trabalhadores. As dificuldades financeiras que encontraram ao assumir a gestão não são abstratas, têm rosto, têm histórias. -----

A freguesia de Sobrado tem uma responsabilidade, uma missão e esforça-se todos os dias para que a comunidade continue a ter serviços de qualidade. -----

A implementação dos Autos de Transferência de Competências foi um marco positivo para a freguesia de Sobrado, a entrada de recursos foi fundamental para garantir a continuidade do trabalho, mas a verdade é que a realidade económica mudou drasticamente desde a assinatura desse acordo. O aumento dos preços, a subida do salário mínimo, a escalada dos custos energéticos, a guerra na Ucrânia. -----

Todos esses fatores trouxeram um aumento substancial dos custos operacionais, sem qualquer correspondência na receita que é transferida e, infelizmente, o acordo inicial não previu cláusulas de atualização da receita que acompanhassem as flutuações da realidade económica. Esta falta de adaptação às novas condições económicas tem colocado as freguesias num impasse, de um lado a responsabilidade de manter os serviços a funcionar, do outro a crescente dificuldade de fazer face a custos que estão a aumentar sem parar. -----

Estão a trabalhar no ambiente onde os custos sobem a cada mês, e onde a receita não cresce para cobrir essas necessidades. Essa disparidade compromete a capacidade de garantir os melhores serviços e condições para a população. -----

Enquanto Presidente de Junta não pode apenas apontar os problemas, tem a responsabilidade de procurar soluções, de liderar com seriedade e de lutar pelos interesses do Sobrado, mas para isso precisa de mais do que promessas, precisa de um ajustamento real e justo nas transferências de competências. -----

Além disso, não pode deixar de destacar a realidade que enfrentamos no dia-a-dia dos trabalhadores, a falta de um espaço adequado onde se possam equipar, onde possam guardar o mobilizado, os materiais, os equipamentos, onde possam organizar o seu trabalho de forma segura e eficiente, é uma realidade que precisam, urgentemente, mudar. -----

A falta de condições adequadas para os trabalhadores é algo que afeta diretamente a eficiência do trabalho e, mais importante, a segurança e o bem-estar de quem se dedica a fazer a freguesia crescer. -----

A população merece mais, merece ver o trabalho refletido na melhoria das condições de vida, merece ter acesso a serviços públicos de qualidade e para isso precisam do apoio incondicional do município, para que as transferências e competências sejam ajustadas à realidade das freguesias, e para que possam concretizar as exigências a que se propuseram para a freguesia. -----

A freguesia de Sobrado não está a lutar contra números em papéis, está a lutar por pessoas, por famílias, por um futuro melhor e, com apoio, podem vencer os desafios que se colocam, porque, mais do que nunca, a missão é garantir que Sobrado continue a crescer com dignidade, com respeito e com condições para quem vive e trabalha. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que é a primeira Assembleia Municipal ordinária após a tomada de posse de um novo ciclo autárquico, resultado da vontade soberana dos cidadãos de Valongo. Os valonguenses deram a vitória ao Partido Socialista e essa vitória não é apenas um número, é um mandato legítimo que deve ser respeitado. -----

Por outro lado, entenderam fortalecer a oposição, reforçando a sua presença na composição dos órgãos municipais, mas isso não significa fragilizar quem foi escolhido para governar, significa que governar deve ser um exercício de responsabilidade e diálogo, com a firmeza de quem tem legitimidade para cumprir o programa eleitoral que os cidadãos escolheram. -----

Isso significa, acima de tudo, responsabilizar todos e todas pela governação, vivem um tempo complexo, um tempo de maturidade política, para fazerem da diversidade de opiniões o motor de avanço e progresso, não de bloqueio ou obstáculo, para mostrarem que em democracia são capazes de construir pontes e consensos, tendo como principal objetivo a defesa dos superiores interesses do concelho de Valongo e das suas agentes. -----

Por isso, com um elevado sentido de responsabilidade e esperança o Grupo Municipal do PS inicia o novo ciclo autárquico, cada mandato tem as suas especificidades, mas qualquer mandato é sempre mais do que um conjunto de decisões administrativas, é um compromisso com as pessoas, com os valores democráticos e com o futuro de um território. É sempre sobre cuidar das pessoas, promover o seu bem-estar, garantir que, numa comunidade com história e identidade, ninguém fica para trás. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniela Maria Sampaio Ribeiro**, disse que o sentido único, atualmente em vigor, da estrada nacional no centro da cidade de Valongo, implementado pelo executivo anterior,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

foi realizado no âmbito do organismo tático que, na sua génese, prevê a introdução de soluções de baixo custo de forma experimental com posterior avaliação dos resultados. -----

No entanto, todos já perceberam que essa alteração não produziu os efeitos desejados, tornou-se evidente que a solução adotada não resultou, sendo clara a vontade da grande maioria dos residentes e dos comerciantes do centro da cidade, que é reverter o que foi feito, nomeadamente através da reintrodução dos dois sentidos da circulação da Estrada Nacional 15. -----

Essa posição foi manifestada de forma muito clara pelos lojistas, numa reunião recentemente realizada na Câmara Municipal de Valongo, demonstrando que este é um tema relevante e transversal à comunidade. não acompanhando o sucesso manifestado pelo Grupo Municipal do PS. -----

É certo que os lugares de estacionamento aumentaram, mas à custa de supressão de uma via, não se lembra de se ter alargado algum passeio. Portanto, entre os principais problemas identificados com o sentido único destaca os moradores e comerciantes que enfrentam percursos mais longos e demorados, dificultando o acesso a serviços essenciais, como escolas, o Centro de Saúde e a Unidade Hospitalar. -----

A limitação da circulação automóvel dificulta a entrada e saída dos veículos das zonas residenciais e comerciais, originando congestionamentos e impactando negativamente o comércio local e a mobilidade diária dos residentes. Perante essa situação, questiona o executivo municipal se está disponível para estudar essa matéria e avaliar situações alternativas, ou soluções alternativas que minimizem os constrangimentos atualmente existentes; se foi iniciado algum processo ou estudo com vista à eventual reversão do sentido de trânsito na Estrada Nacional 15; se a Câmara Municipal disponível para ouvir os valonguenses, os comerciantes, as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, promovendo um diálogo alargado sobre a matéria. -----

Disse de seguida que acredita que uma eventual alteração ao atual modelo de circulação poderá contribuir para uma maior qualidade de vida, segurança rodoviária e dinamização económica da cidade de Valongo. -----

Considera fundamental que as decisões que impactam diretamente o quotidiano da população sejam participadas e reflitam as reais necessidades dos valonguenses que, em larga medida, não se reveem na medida anteriormente implementada. -----

-----

O Presidente de Junta da Freguesia de Campo, **José Manuel Abreu Carvalho**, disse que apesar das dificuldades que os presidentes de junta têm, já anteriormente manifestadas, também concorda que a questão dos acordos seja revista brevemente. -----

Relativamente à rua Cesário Verde, em Campo, apesar das dificuldades, já foram feitas intervenções, ainda esta semana foi feita a terceira intervenção. -----

-----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que pretendia abordar um tema, que não sendo novo, é muito importante para a freguesia de Ermesinde. -----

Tomou conhecimento, através da comunicação social, que a Polícia Municipal do Porto seria reforçada com 80 agentes, sendo que as Polícias Municipais do Porto e de Lisboa são compostas, integralmente, por agentes da PSP. -----

Disse de seguida que há cidades, como Ermesinde, que continuam, ano após ano, a aguardar por respostas que parecem nunca chegar. -----

Ermesinde não é uma cidade insegura, mas é uma cidade grande, uma cidade com dinâmica, com fluxos intensos de pessoas, transportes, comércio e serviços, por isso, merece e necessita de policiamento de proximidade visível, rápido e eficaz. -----

A Esquadra da PSP de Ermesinde vive há demasiado tempo com dificuldades conhecidas, com falta de efetivos, com constrangimentos que já foram públicos em diferentes momentos, e que não são segredo para ninguém que vive o dia-a-dia da cidade. -----

Não se trata de alimentar perceções de insegurança, trata-se de prevenção, de presença no terreno, de capacidade de resposta atempada, trata-se de tranquilizar a população e de apoiar o trabalho dos próprios profissionais da PSP, que fazem o que podem com os meios que têm ao seu dispor. -----

Preocupa-o a sensação crescente de que recebe mais quem mais berra, quem mais expõe o problema mediaticamente, quem tem maior peso político e isso não pode ser o critério para distribuir segurança. -----

Assim, apelava, pedia ajuda à Câmara Municipal, através do Senhor Presidente, para que use a sua voz institucional, o seu peso político e a sua legitimidade democrática para defender Ermesinde, e o conselho de Valongo, junto da PSP e do Ministério da Administração Interna. Propondo que seja promovida, com carácter de urgência, uma reunião com o Comando Metropolitano da PSP e com a tutela governamental, onde se exija, de forma clara, o reforço do policiamento em Ermesinde, nomeadamente através do aumento de efetivos a afetar à Esquadra de Ermesinde. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Ana Cláudia Silva Almeida**, apresentou o seguinte Voto de Pesar: -----

#### **Voto de Pesar** -----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de António Pinto Caetano, homem que marcou, de forma indelével, a vida da nossa comunidade. -----*

*António Caetano foi presidente de Junta da Freguesia de Alfena entre os anos de 1980 e 1985, foi também 1.º secretário da assembleia municipal durante vários anos. Funções que desempenhou sempre com o maior sentido de responsabilidade e democracia. Mais do que um autarca dedicado, foi um cidadão profundamente comprometido com Alfena, alguém que acreditava na política como um espaço de serviço, proximidade e cuidado com os outros. Ao longo do seu percurso, destacou-se pela sua disponibilidade, solidariedade, pelo respeito com que tratava todos e pela forma genuína como colocava as pessoas no centro da sua ação. -----*

*Homem de valores firmes, pai e amigo presente, deixou uma marca de humanidade, integridade e entrega à causa pública que continuará a inspirar todos quantos com ele privaram, trabalharam ou simplesmente o conheceram. - Neste momento de dor e saudade, o Grupo Municipal do Partido Socialista endereça à família e amigos as suas mais sentidas condolências, expressando solidariedade e respeito por quem parte, mas deixa um legado que perdurará no tempo. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária, a 22 de dezembro de 2025, delibera: -----*

*- aprovar o voto de pesar pelo falecimento de António Pinto Caetano; -----*

*- a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem; -----*

*- dar conhecimento deste voto à família. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à consideração da Assembleia que o Voto de Pesar apresentado fosse em nome da Assembleia Municipal de Valongo, tendo sido aceite por unanimidade, ficando com o seguinte texto: -----

### **Voto de Pesar** -----

*A Assembleia Municipal de Valongo manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de António Pinto Caetano, homem que marcou, de forma indelével, a vida da nossa comunidade. -----*

*António Caetano foi presidente de Junta da Freguesia de Alfena entre os anos de 1980 e 1985, foi também 1.º secretário da assembleia municipal durante vários anos. Funções que desempenhou sempre com o maior sentido de responsabilidade e democracia. Mais do que um autarca dedicado, foi um cidadão profundamente comprometido com Alfena, alguém que acreditava na política como um espaço de serviço, proximidade e cuidado com os outros. Ao longo do seu percurso, destacou-se pela sua disponibilidade, solidariedade, pelo respeito com que tratava todos e pela forma genuína como colocava as pessoas no centro da sua ação. -----*

*Homem de valores firmes, pai e amigo presente, deixou uma marca de humanidade, integridade e entrega à causa pública que continuará a inspirar todos quantos com ele privaram, trabalharam ou simplesmente o conheceram. - Neste momento de dor e saudade a Assembleia Municipal de Valongo endereça à família e amigos das suas mais sentidas condolências, expressando solidariedade e respeito por quem parte, mas deixa um legado que perdurará no tempo. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária, a 22 de dezembro de 2025, delibera: -----*

- aprovar o voto de pesar pelo falecimento de António Pinto Caetano; -----*
- a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem; -----*
- dar conhecimento deste voto à família. -----*

De seguida colocou à discussão o Voto de Pesar, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade** realizando-se um minuto de silêncio. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, interveio para dizer que no dia 3 de dezembro foi comemorado em Portugal e no mundo o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Uma data que convida à reflexão, à ação e ao compromisso, como uma sociedade verdadeiramente inclusiva. -----

Este dia não é apenas um marco no calendário, nem um dia de festa, mas um apelo à consciência coletiva para conhecermos o valor, o talento e a dignidade de todas as pessoas, independentemente das suas capacidades. -

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, simbolicamente, apresentou o maior pacote legislativo, alguma vez levado à Assembleia da República, pacote este alinhado com a Convenção da ONU e com a Estratégia Europeia de 2021 - 2030 e as necessidades reais do país. -----

Infelizmente, na Assembleia da República só há a voz de uma deputada com deficiência, o que mostra bem que há muito caminho a percorrer no plano nacional, mas também no plano local. Felizmente Valongo dá o exemplo desde há doze anos. -----

Senhoras e senhores Membros a inclusão começa com o espírito, respeitar significa ouvir, compreender e valorizar as diferenças que enriquecem a comunidade. Cada pessoa tem o direito de participar plenamente na

vida social, económica, cultural e política. É dever, enquanto sociedade, remover barreiras físicas, atitudes institucionais que impedem a igualdade de oportunidades. -----

Neste dia, recordam que a deficiência não define uma pessoa, o que os define são os sonhos, as nossas conquistas e a capacidade de superar desafios. Devem promover ambientes acessíveis, garantir educação inclusiva, apoiar a empregabilidade e incentivar a participação ativa de todos. -----

A verdadeira mudança começa com pequenos raios, um olhar atento, uma palavra de incentivo, uma política justa que o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência tenha sido um ponto de partida para reforçar o compromisso com inclusão, acessibilidade e o respeito. -----

Juntos construímos uma sociedade onde ninguém fica para trás porque a diversidade é a maior força. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que era a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Valongo, o que muito o honrava. ----

Disse de seguida que relativamente à questão do trânsito em Valongo, sobre o estudo que foi anunciado para o centro de Valongo, da reversão daquilo que foi executado, efetivamente, a sua primeira reunião pública foi convidar os comerciantes que tinham subscrito uma petição para ouvir aquilo que eram as suas reclamações, tendo-se comprometido a fazer um estudo técnico. -----

Disse, de seguida, que a afirmação de que as medidas implementadas não resultaram, que não funcionaram, é empírico, ou seja tem de haver alguém que seja técnico a dizer se resultou ou não resultou, porque, efetivamente, há passeios mais largos, não estão na forma de passeios construídos, mas na forma de corredor de segurança definido por pinos. -----

Hoje, existe estacionamento que anteriormente não existia, se reverterem vai deixar de existir esse estacionamento e passam a ter o problema de onde estacionar para ir às lojas e para cargas e descargas. -----

Quando foi alterada a circulação do trânsito no centro de Valongo, foi com o objetivo de maior segurança para o peão, ter mais estacionamento e a circulação automóvel com uma velocidade mais lenta, um centro mais convidativo para as pessoas. -----

Quanto ao cronograma previsto para a elaboração de um novo estudo será durante o próximo ano, até porque terá de estar previsto no próximo Orçamento Municipal para 2026. -----

Relativamente à rua 1.º de Dezembro, em Ermesinde, vão ser colocados semáforos, o processo demorou por questões processuais, a encomenda dos semáforos vai ser feita e vão ser colocados. -----

Quanto à questão da rua Rodrigues de Freitas, em Ermesinde, tem consciência do problema, situação que acontece em vários locais do concelho, hoje em dia chove muito num curto espaço de tempo e a cidade não foi desenhada para esse tipo de fenómenos. -----

Internamente, estão a tentar minimizar o problema da rua Rodrigues de Freitas, junto ao túnel da Choca, porque ali é um ponto de confluência das águas pluviais. Portanto vão fazer um projeto para tentar encontrar uma solução.

Disse, de seguida, que quanto às juntas de freguesia, estas carecem do dinheiro que vem do Estado Central para os municípios que o distribuem. -----

Subscreve o que foi dito pelos presidentes de junta, pois queixa-se do mesmo, o Estado Central dá um aumento de 2,74% quando necessitam de dez vezes mais. -----

As juntas de freguesia são a primeira face do Poder Autárquico, aquele que atende às necessidades da população, quanto mais as juntas estiverem reforçadas melhor servida estará a comunidade e todos ganham, inclusive a Câmara. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente ao cruzamento junto à Santa Casa da Misericórdia o que existe não é um estudo, mas sim um projeto, que ainda não está concluído, para toda a avenida, vão tentar reorganizar aquele espaço, sendo certo que se trata de um cruzamento muito perigoso. -----

De seguida, disse que vão começar a elaborar o Orçamento Municipal para 2026, com uma intenção plurianual, porque, certamente, não vão conseguir cumprir com tudo o que são os compromissos, pelo facto de não terem as transferências que deveriam ter do Estado Central. -----

Existe um projeto que é a requalificação de todos os recreios do Primeiro Ciclo, para que possam ter valências que atualmente não têm que dê às crianças mais liberdade para brincar, estimulando a sua criatividade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 1. – Aprovação das atas n.º 1 de 31.10.2025 e n.º 2 de 09.12.2025, não se tendo verificado intervenções foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade** pelos presentes nas respetivas reuniões. -----

De seguida, colocou à discussão o ponto 2.1 - 1.ª Alteração do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Empresarial de Campo (PUZIEC) – Relatório de Ponderação do Período de Discussão Pública e Versão final, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da IL, 3 votos das juntas de freguesia de Campo, Ermesinde e de Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenção das Juntas de Freguesia de Alfena e de Sobrado. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.2 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2026. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que a sua intervenção era referente a todos os pontos sobre os impostos. -----

Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, à Participação Variável no IRS e à Derrama sobre o lucro tributável, a posição do Grupo Municipal do PPD/PSD será de abstenção. -----

No que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, é fundamental destacar a redução da taxa de 0,35 para 0,34, proposta pelos vereadores do PSD e acolhida pela Câmara Municipal. Esta decisão não é apenas um gesto político, é uma medida que traduz responsabilidade, visão estratégica e compromisso com as famílias do Concelho. Esta redução está em perfeita conformidade com os normativos legais e com os princípios de boa gestão financeira que têm defendido ao longo dos anos. -----

A evolução positiva da base patrimonial tributária tem permitido que, mesmo com sucessivas reduções da taxa do IMI, a receita municipal se mantenha estável e sustentável, ou seja conseguem aliviar a carga fiscal das famílias sem comprometer a saúde financeira no município. -----

A proposta representa uma poupança global estimada em cerca de 300 mil euros para as famílias valonguenses, um valor que faz diferença no orçamento doméstico e que reforça a confiança dos cidadãos na gestão municipal.

Acresce a esta medida a manutenção das deduções do IMI em função de número de dependentes, 30 euros para agregados com um filho, 70 euros para agregados com dois filhos e 140 euros para agregados com três ou mais filhos. Estas reduções são um sinal claro de que estão atentos à realidade das famílias e empenhados em apoiar quem mais precisa. -----

O verdadeiro foco da gestão municipal não deve ser, neste caso, a obsessão com a receita, mas sim a aposta numa boa despesa, uma despesa rigorosa, transparente e eficiente, que transforme cada euro em valor para os cidadãos. É isso que garante desenvolvimento, qualidade de vida e confiança na governação local. -----

Reduzir impostos, quando é possível, e fazê-lo de forma responsável é um sinal inequívoco de boa gestão e de respeito pelos contribuintes, por esse motivo e, porque o PSD reitera o seu compromisso com uma gestão municipal que seja rigorosa, transparente e responsável, que assegure não só a sustentabilidade financeira do município, mas também o bem-estar das famílias e a justiça fiscal que todos merecem, vão votar favoravelmente a fixação das taxas de IMI em zero três quatro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.2 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2026, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 17 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 4 votos das juntas de freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 15 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP; 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 1 abstenção da Junta de Freguesia de Sobrado. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2026. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a atual Lei das Finanças Locais permite que os municípios recebam, anualmente, até 5% do IRS liquidado pelos contribuintes com domicílio fiscal no respetivo território. As Câmaras Municipais podem, no entanto, prescindir total ou parcialmente dessa participação, revertendo o valor a favor dos munícipes. -----

A CDU mantém a posição de que esta lei é profundamente penalizadora para as autarquias. No caso da participação variável no IRS, trata-se sobretudo de uma manobra de cosmética política, transferindo para os municípios a responsabilidade pela incapacidade do Governo em definir políticas fiscais justas e eficazes e em responder às necessidades concretas da população. -----

O desagravamento da carga fiscal, particularmente sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade real, mas deve ser promovido a nível nacional, através da revisão dos escalões de IRS, do alargamento das deduções à coleta e da construção de um sistema fiscal verdadeiramente progressivo. Não faz sentido que esse desagravamento ocorra de forma desigual, concelho a concelho, de acordo com as opções políticas ou a situação financeira de cada município, promovendo desigualdades territoriais e concorrência fiscal entre autarquias. -----

A participação variável no IRS é uma das formas de garantir o equilíbrio financeiro do poder local. A experiência mostra que a redução de receita municipal, sem compensação adequada, diminui a capacidade de investimento e degrada a qualidade dos serviços públicos, afetando especialmente quem mais deles depende. -----

Coloca-se, assim, uma questão central: será que um trabalhador com rendimento mensal de 1.400 euros (salário médio nacional) beneficia mais de uma redução pontual no IRS ou da aplicação desse valor na melhoria dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

serviços municipais? Num município que fixe uma taxa de 4%, por exemplo, a diferença de 1% revertida a favor dos munícipes representaria cerca de 196 euros por ano para esse trabalhador. É fundamental sublinhar que não é realista garantir serviços públicos de qualidade sem os recursos necessários para os financiar. -----

Além disso, as sucessivas transferências de competências do Estado para os municípios, sem correspondente reforço financeiro, têm criado uma verdadeira asfixia económica e financeira, limitando a capacidade de resposta das autarquias e prejudicando as populações. Este modelo exige uma reforma estrutural do sistema de financiamento local, baseada em critérios de justiça, estabilidade e previsibilidade. -----

Embora a redução da taxa de participação variável no IRS possa aliviar temporariamente os contribuintes, na prática beneficia mais os agregados de rendimentos mais elevados e não responde às necessidades estruturais do município, nem contribui de forma significativa para a redução da pobreza ou para a promoção da coesão social. -----

Por estas razões, a CDU opta pela abstenção, adotando uma posição equilibrada: reconhecendo as dificuldades dos munícipes, mas rejeitando medidas avulsas e socialmente injustas, e reafirmando a necessidade de uma reforma estrutural do financiamento das autarquias, posição que a CDU tem defendido de forma consistente, tanto no poder local como na Assembleia da República. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2026, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: Favor: 16 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 4 votos das juntas de freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Contra: 7 votos contra, sendo 4 votos do Grupo Municipal do CHEGA, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal da IL. -----

Abstenção: 9 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção da Junta de Freguesia de Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, fez a seguinte Declaração de Voto: **Declaração de Voto** -----

*No que diz respeito ao ponto 2.3 da ordem do dia, Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2026, o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular votou **contra**.* -----

*De facto, é aqui proposto a fixação da taxa de 5%, que corresponde à taxa máxima legalmente permitida, com a fundamentação que passo a citar: “De forma a garantir o reforço da capacidade financeira e no intuito de não comprometer as políticas locais, continuando a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao financiamento da Autarquia”. -----*

*Ora, o IRS incide sobre o trabalho das pessoas, e, em função dessa realidade, é entendimento do CDS-PP que a fixação da taxa máxima pelo Município quanto à participação variável no IRS, mais do que um direito da autarquia, deve ser justificada na correspondência direta que os munícipes encontram nas políticas locais. -----*

*E a verdade é que, olhando para essas políticas, e para os últimos anos, tal não se tem vindo a verificar. O Município deve facilitar a vida aos munícipes e contribuir para o melhoramento progressivo da sua qualidade de vida, laboral, cultural, e em demais aspetos ou setores relevantes. -----*

*A ninguém surpreende que eu hoje aqui diga que não é isso que as pessoas sentem. -----*

*Entre obras que pioram o trânsito para quem trabalha, a ausência de políticas concretas de auxílio às pessoas enquanto trabalhadoras, e não só! – Podem-se referir, por exemplo, os serviços culturais encerrados ao fim de semana -, o CDS-PP considera injusta a fixação da taxa em questão no seu número máximo. -----*

*O Município retira o máximo que consegue para si, enquanto não corresponde nas políticas locais que procura, por estes meios, financiar. -----*

*Por isso, não colhe o argumento de que a fixação desta taxa no seu máximo é necessária para efeitos de dotar a autarquia dos recursos financeiros de modo a não comprometer as políticas locais. Estas, ou têm sido erradas, ou não têm decorrido de modo a melhorar significativamente a vida das pessoas. -----*

*Apenas uma redução desta taxa teria merecido um sentido de voto diferente por parte do Grupo Municipal do CDS-PP. -----*

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.4 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2025, a cobrar no ano 2026. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que nos termos da atual Lei das Finanças Locais, a derrama constitui uma receita própria dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). -----

A sua aplicação é facultativa, podendo a taxa variar entre municípios até ao limite máximo de 1,5%. A lei prevê ainda a possibilidade de os municípios aplicarem taxas reduzidas ou mesmo isenções aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, em determinadas condições, permitindo assim uma discriminação positiva das pequenas empresas. -----

Em 2017, foi aprovada no concelho de Valongo uma taxa de derrama que consagrava essa diferenciação positiva a favor das pequenas empresas. No entanto, após a obtenção da maioria absoluta, o PS abandonou essa opção, passando a aplicar uma taxa uniforme, decisão que levou a CDU a votar contra as propostas apresentadas nos anos seguintes. -----

Em 2022, o PS voltou a propor a diferenciação positiva da derrama, opção que mereceu o voto favorável da CDU. Mantendo essa posição de princípio e valorizando medidas que apoiem o tecido empresarial local de menor dimensão, a CDU votará favoravelmente a proposta agora apresentada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.4 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2025, a cobrar no ano 2026, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 3 das juntas de freguesia de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Contra: 7 votos contra, sendo 4 votos do Grupo Municipal do CHEGA, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal da IL. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstenção: 9 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e 2 abstenções das juntas de freguesia de Alfena e Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Mário Rui Oliveira Monteiro**, fez a seguinte Declaração de Voto: ----

### **Declaração de Voto** -----

*Hoje votamos a manutenção da derrama de IRC na taxa máxima em Valongo.* -----

*Começo pelo essencial: a derrama é um instrumento legal e legítimo, mas não é obrigatória nem tem de estar no limite. A lei permite que os municípios deliberem a derrama até ao máximo de 1,5% — “até” é a palavra-chave. -- Em Valongo, o que nos é proposto é manter, na prática, a opção mais pesada: para o lucro tributável do período de 2025 (cobrança em 2026), a tabela oficial da Autoridade Tributária indica Valongo com taxa geral de 1,50% e taxa reduzida de 1,00% para empresas cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse 150.000€. -- E é aqui que está o nosso desacordo.* -----

#### *1) Competitividade: a derrama como fator diferenciador* -----

*Hoje, a derrama é um fator diferenciador de competitividade entre concelhos. Já não basta dizer que temos localização, acessos ou parques empresariais: as empresas comparam custo fiscal, previsibilidade e margem para reinvestir.* -----

*A derrama incide sobre o lucro: e lucro é aquilo que permite contratar, aumentar salários, investir em equipamentos, inovar e exportar. Manter a taxa no máximo é tirar oxigénio precisamente a quem está em condições de crescer — e crescer cá, em Valongo.* -----

#### *2) O sinal que damos quando há alternativas ao lado* -----

*O problema não é “teórico”: é comparativo e é imediato. Na mesma listagem oficial, vemos concelhos da nossa envolvente com taxas gerais inferiores, como Santo Tirso (1,20%), Vila Nova de Gaia (1,25%) e Gondomar (1,25%).* -----

*E vemos também políticas de diferenciação para empresas mais pequenas muito mais agressivas nalguns concelhos — por exemplo, Santo Tirso e Maia com taxa reduzida de 0,10% (nos termos que aí foram deliberados). Isto conta. Porque, no fim, uma empresa olha para o conjunto e pergunta: “Qual é o município que me ajuda a crescer?”. Um município que insiste na taxa máxima passa um sinal simples: “aqui, a primeira opção é sempre a mais pesada”. -----*

#### *3) Responsabilidade financeira não é “piloto automático”* -----

*Dir-me-ão: “a derrama é receita para o município”. Certo. Mas governar bem não é carregar no máximo por defeito — é equilibrar receitas com desenvolvimento económico, e é exigir também eficiência na despesa, prioridade e boa gestão.* -----

*O nosso voto contra não é “contra receitas”. É a favor de um modelo melhor: um modelo que aumente a base económica do concelho e que traga mais empresas, mais emprego e mais investimento ao longo do tempo. -----*

#### *4) Aos nossos olhos seria melhor outro caminho,* -----

*Por isso, apresentamos uma linha diferente e mais integrada:* -----

- Reduzir a taxa geral para um patamar mais competitivo face à região;* -----

• Manter e aprofundar a diferenciação para as empresas mais pequenas (e, se possível, tornar essa diferenciação mais ambiciosa); -----

• Criar mecanismos claros de benefício condicionado a criação líquida de emprego e investimento produtivo no concelho; -----

• Fazer uma avaliação anual do impacto (receita vs. captação e retenção de empresas, emprego e investimento), em vez de normalizar a taxa máxima como regra. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais: -----

Valongo não pode querer ser terra de oportunidades e, ao mesmo tempo, insistir em ser terra de taxa máxima. A competitividade constrói-se com escolhas concretas — e a derrama é uma dessas escolhas. -----

Por isso, com clareza e sentido de responsabilidade, votamos contra a manutenção da derrama na taxa máxima e a favor de uma política fiscal municipal que ajude Valongo a crescer, atrair investimento e criar emprego. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **José Pedro Borges da Silva Pereira**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

**Declaração de Voto** -----

“Quando se diz que quem paga é os valonguenses nestes pontos aqui, no geral, também efetivamente quem paga são os valonguenses. O senhor podia abdicar e não o faz, não faz porque não quer, em vez do Senhor Presidente gastar dinheiro na escadaria Cuca Macuca e em anfiteatros, que é fazer no meio do mato, direcione esses fundos para o que verdadeiramente interessa para servir os valonguenses e para que, efetivamente, exista uma qualidade de vida melhor para os valonguenses. No sentido de voto é este.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a questão dos impostos é muito simples e, subscrevo aquilo que a Membro Sónia Sousa disse, porque, efetivamente, sem os impostos não conseguem pôr em marcha nenhum projeto. -----

Agora têm de ver o que cobram de impostos e ver onde o vão investir. -----

Os impostos vão-se refletir no orçamento de 2026, orçamento que espera que seja amplamente discutido, porque com a discussão é que ele será um orçamento forte e preocupado com aquilo que são os problemas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.5 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2026, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que em 2017, ano em que o PS alcançou a maioria absoluta no concelho de Valongo, a taxa de IMI foi aumentada de 0,3355 para 0,409. Este aumento ocorreu apesar de o PS afirmar, à data, que as contas da Câmara Municipal se encontravam em boa situação financeira. Nunca foi apresentada uma justificação clara para esta decisão, razão pela qual a CDU votou contra esse agravamento da carga fiscal sobre as famílias. -----

No final do último mandato liderado por José Manuel Ribeiro, o PS procedeu a uma redução da taxa de IMI e apresenta agora uma nova diminuição, de 0,35% para 0,34%, ainda que claramente condicionada. Importa sublinhar que este valor continua acima da taxa praticada em 2017, precisamente num período em que, segundo o próprio PS, a situação financeira da Câmara Municipal seria então mais difícil do que a atual. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Não se compreende, por isso, a razão pela qual o executivo não avança para valores idênticos aos praticados em 2017, sobretudo quando as condições financeiras do Município são hoje apresentadas como mais favoráveis. --- Ainda assim, a CDU valoriza qualquer redução da taxa de IMI, por representar um alívio, ainda que insuficiente, para as famílias do concelho, e espera que esta diminuição seja o início de um percurso gradual e consistente de redução ao longo do mandato. Por estas razões, a CDU votará favoravelmente a proposta apresentada, sem deixar de reafirmar a necessidade de uma política fiscal mais justa e coerente para o concelho de Valongo. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS; **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que a receita proveniente dos impostos municipais representa uma importante parcela do orçamento do município em cada ano. É assim em Valongo é assim nos demais municípios portugueses. -----

Assim sendo. Importa gerir com cuidado e ponderação esta matéria, porquanto uma gestão menos refletida pode colocar em causa ou mesmo inviabilizar a concretização de investimentos, projetos e atividades. Em última instância, poderá ser passível de obstar a execução do programa que mereceu a confiança e a escolha dos Valonguenses no passado dia 12 de outubro. E é isso que se tem assistido nos últimos anos em Valongo nesta matéria, uma gestão cautelosa, planeada e monitorizada. -----

Todos reconhecem a importância do investimento nas beneficiações dos arruamentos e estruturas municipais, na execução de projetos e iniciativas dedicadas aos idosos, às famílias, aos alunos e aos mais carenciados, todos reconhecem a importância que tem para a qualidade de vida dos valonguenses e, também, todos sabem que sem outras fontes de financiamento não seria possível dar respostas na dimensão e moldes desejáveis. -----

Seria, sem dúvida, bem mais popular baixar ao mínimo cada um dos impostos, a derrama, a participação de IRS ou IMI. Mas, cedo se concluiria que se trataria de uma medida irrefletida e de má gestão pelo impacto financeiro negativo que tal acarretaria, porque se é certo que em 2024, apesar da descida da taxa de IMI se verificou um acréscimo na receita da coletada, esta não é, de todo, a tendência natural. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, apesar de reconhecer a bondade na decisão de descida de um ponto percentual na taxa de IMI, pelo impacto que se reconhece nas economias familiares dos valonguenses, alerta o executivo para a imperiosa necessidade de gerir com prudência e cautela as fontes de receita do município. -----

Seria, de todo, de lamentar que a prossecução dos objetivos a que se propuseram, e que mereceram o voto de confiança dos valonguenses fosse posto em causa por cedências ou negociações, mais ou menos populistas, sem contrapartida real ou notória para a vida do município e dos munícipes. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que teve conhecimento, primeiro pelas redes sociais, de que a proposta de redução da taxa de IMI para 0,34% teria sido aprovada. Esta medida foi apresentada como uma medida de justiça fiscal, com impacto global estimado em cerca de 300 mil euros para as famílias do concelho. -----

O concelho de Valongo terá cerca de 41712 prédios tributáveis, estão a falar de aproximadamente, em média, de cerca de 80 cêntimos por mês por imóvel em descida média não lhe parece que isso altere a vida concreta de uma família, que resolva qualquer dificuldade e que crie uma verdadeira folga financeira no orçamento familiar. -

Depois de tudo aquilo que foi dito, os cerca de 300 mil euros fariam uma enorme diferença do lado da gestão pública, apesar de ser o município que cobra o IMI, tem a obrigação de o redistribuir pelas freguesias. Estão a falar de um montante que poderia financiar centenas de metros de passeios em Sobrado ou em Campo, responder a necessidades urgentes em Alfena e Valongo ou desbloquear projetos sucessivamente adiados em Ermesinde. Em suma, poderia permitir investir na requalificação das escolas, das ruas, praças e espaços públicos, melhorando de forma direta e visível a qualidade de vida das pessoas. Esse valor permitiria reforçar as transferências para as juntas de freguesia, que hoje vivem um estrangulamento orçamental sério e preocupante. Apesar das freguesias não cobrarem impostos, o município tem a obrigação de transferir 1% da receita arrecadada do IMI e mesmo assim, nesse 1%, qualquer alteração para menos tem um impacto real nas contas das freguesias, na sua tesouraria e na sua capacidade de resposta. -----

Disse de seguida que nenhuma freguesia foi ouvida, não foi solicitado qualquer parecer, não foi estudado o impacto da medida nas freguesias, nem foi pensada qualquer forma de compensação da perda de receita para estas autarquias. -----

Assim, questiona como pensa a Câmara em equilibrar a perda de receita para as freguesias. -----

As freguesias são o primeiro rosto do poder público junto das pessoas, quando se reduz receita municipal sem olhar para o efeito em cadeia, quem sofre primeiro são as freguesias, a justiça fiscal não é apenas reduzir impostos, a justiça fiscal é garantir que as decisões tomadas melhoram efetivamente a vida das pessoas, hoje e no futuro, e que não enfraquecem quem está mais próximo delas. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a percentagem representa abdicar de uma receita de cerca de 320 mil euros, e entregar 10 a 20 euros por ano às famílias, dependendo do valor patrimonial tributário de cada imóvel, respetivamente, se fosse 100 mil euros ou 200 euros. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.5 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2026, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 25 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 5 votos das juntas de freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo. -----

Contra: 4 votos contra do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Abstenção: 3 abstenções, sendo 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal da IL. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, fez a seguinte Declaração de Voto:  
**Declaração de Voto** -----

“Quanto ao ponto 2.5 da ordem do dia, Fixação das taxas do IMI, referentes a 2026, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, o sentido de voto do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular foi o da abstenção. -----

E abstém-se o CDS-PP unicamente pelo facto de que registamos uma redução da taxa do IMI de 0,35% para 0,34%, o que permitirá, ainda que de forma insuficiente, que as pessoas e famílias tenham alguma poupança financeira. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O que o CDS-PP regista, ainda que de forma não surpreendente, é que não se encontraram ainda maiorias na Câmara Municipal que possam operar uma mudança no paradigma de gestão do concelho no que respeita à multiplicidade de taxas que incidem sobre os munícipes ou empresas. -----

Até este ponto, votamos sempre uma proposta de fixação das taxas máximas, sendo que a única redução em discussão é esta e é de 0,01%. -----

Assim, Valongo não conseguirá dar o salto que anda há anos a pedir. Ao invés, continua-se a responsabilizar (queira-se, a punir!) os munícipes, pelas políticas locais erradas dos últimos anos. -----

Ainda que se reconheça que esta redução foi a possível dentro da composição da Câmara Municipal, a verdade é que, mais uma vez pela ausência de correspondência entre as taxas pagas e as políticas locais, e pela insuficiência da redução operada na proposta apresentada a esta Assembleia Municipal, este ponto não merece um voto a favor, apenas se justificando a abstenção pela existência de uma redução, ainda que simbólica. -----

O CDS-PP não é um partido de populismos ou radicalismos, e saberá sempre identificar qualquer melhoria. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.6 – 5.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2025, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 26 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 5 votos das juntas de freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo. -----

Abstenção: 6 abstenções, sendo 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.7 - Atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, para o ano 2026, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 3 votos das juntas de freguesia de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 2 abstenções das juntas de freguesia de Alfena e Sobrado. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.8 - Complexo Integrado de Saúde (hospital) e Hotel - Pedido de reconhecimento como Empreendimento de Carácter Estratégico, ao abrigo dos artigos 54.º a 56.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Valongo, para efeitos de admissão do acréscimo do n.º de pisos e altura da fachada - Ponderação dos resultados da discussão pública e versão final para submissão a aprovação pela Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a sua posição sobre este projeto levanta várias reservas que não podem ser ignoradas. Desde logo, o reconhecimento do empreendimento como de carácter estratégico suscita dúvidas sérias quanto ao seu verdadeiro alcance. Importa

perceber se este estatuto se limita a permitir alterações ao Plano Diretor Municipal ou se abre também a porta à redução de taxas municipais e à concessão de benefícios financeiros a este grupo económico, ou mesmo ao acesso a fundos comunitários que fariam muito mais falta no reforço do Serviço Nacional de Saúde. As receitas provenientes dessas taxas podem, por exemplo, ser utilizadas para melhorar as instalações dos centros de saúde, cuja gestão é da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Este debate não pode ser desligado do contexto atual. Assistimos a um progressivo enfraquecimento do Serviço Nacional de Saúde, à redução do investimento público e, em paralelo, à atribuição de vantagens a interesses privados. Na prática, isto significa que os impostos pagos pelos cidadãos estão a ser utilizados para conceder verdadeiras “borlas” a grandes grupos económicos. -----

Há aqui uma pergunta que importa fazer de forma clara: se os cidadãos de Valongo têm de pagar taxas para construir a sua casa ou desenvolver os seus projetos, por que razão estas empresas, pertencentes a grandes grupos económicos, não hão de estar sujeitas às mesmas obrigações? A redução de taxas a grandes empresas compromete, inevitavelmente, a capacidade de investimento nos serviços públicos essenciais. -----

Para além disso, não podemos ignorar a questão central que está em causa neste processo: o desrespeito pelo Plano Diretor Municipal. Desde a sua discussão e aprovação, a CDU tem defendido que o cumprimento rigoroso do PDM é fundamental. A experiência mostra que, quer com a maioria PSD/CDS, quer com a atual maioria do PS na Câmara Municipal de Valongo, tem prevalecido uma lógica de permissividade que fragiliza o planeamento do território. A introdução de exceções e a flexibilização sucessiva do PDM acabam por permitir que, perante cada constrangimento, o plano seja contornado em benefício de interesses privados. -----

O exemplo da implantação do Mercadona em Ermesinde é bem ilustrativo. Na altura, a CDU alertou para os problemas que aquela opção traria e foi acusada de ser contra o progresso e contra a criação de emprego. Hoje, é evidente o caos no trânsito naquela zona, afetando muito mais pessoas do que os poucos postos de trabalho criados. -----

No caso concreto deste complexo, a proposta de alterar o PDM para aumentar o número de pisos é particularmente questionável. A zona já enfrenta problemas significativos de circulação, o estacionamento a criar terá necessariamente de ser pago pelos clientes do negócio e, acima de tudo, se o PDM, elaborado por técnicos especializados, define um determinado número de pisos para aquela área, não existe qualquer justificação para alterar esse parâmetro apenas para satisfazer os interesses do investidor. -----

Por todas estas razões — pelas dúvidas quanto à redução de taxas, pela eventual utilização de fundos públicos, pelo desrespeito ao PDM e pelos impactos negativos no território e nos serviços públicos — a CDU vota contra o pedido de reconhecimento como Empreendimento de Carácter Estratégico. Mantemos uma posição firme de defesa do interesse público, da transparência e do cumprimento rigoroso das regras de planeamento urbanístico, garantindo que o desenvolvimento económico não se faz à custa da qualidade de vida e dos direitos da população de Valongo. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse perceber o que foi dito pela Membro Sónia Sousa, mas não concorda. -----

Trata-se de um investimento que está previsto para uma das principais portas de entrada na cidade de Ermesinde e sucessivamente no Concelho de Valongo, um investimento na casa dos 3.500.0000 de euros, mais do que uma unidade hoteleira, um hospital e uma unidade de cuidados continuados e, certamente, permitirá um arranjo urbanístico num espaço que precisa dele. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Disse de seguida que quanto maior for o investimento em saúde, seja ele público ou privado, mais facilmente responderão às necessidades da população, não é um desprestígio para o SNS, defende a complementaridade de serviços, bem como tem a certeza que esta intervenção na freguesia de Ermesinde, concelho de Valongo, servirá para corrigir e melhorar o espaço público da zona envolvente. -----

Vai votar favoravelmente, irá acompanhar com muito rigor e proximidade todas as intervenções que ali forem feitas, pois é importante e fundamental que se garanta o arranjo urbanístico condicente com aquilo que é uma das principais entradas da cidade, aliás, como foi feito no Mercadona com a manutenção de uma fachada histórica que estava devoluta e em risco de queda, num terreno que ardeu por várias vezes, bem como foi salvaguardada a chaminé, a partilha e divulgação da história daquela fábrica no lado interior da fachada. -----

Não é contra qualquer investimento, seja ele público ou privado, desde que traga claras mais-valias para o território, não falando da criação de cerca de 120 postos de trabalho diretos. todos os outros postos de trabalho indiretos que certamente se vai gerar. -----

Encontram-se na entrada da Câmara duas telas onde refere que o município de Valongo venceu o prémio para município do ano no desporto outdoor da Área Metropolitana do Porto. Não é possível continuarem a vencer esses prémios e a chamar pessoas de outros territórios para as serras sem capacidade hoteleira. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a CDU não está contra investimentos privados, mas os investimentos privados têm de ser feitos à custa de quem quer investir, não é à custa das taxas e à custa do desinvestimento na parte pública. -----

Pegando no exemplo do Mercadona, um bom exemplo, foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Ermesinde e pelo Presidente da Câmara na altura, que aquilo ia ficar espetacular, que ia ser mantida a fachada, mas depois o trânsito ficou um caos, só quem não passa no Mercadona, por exemplo, ao domingo de manhã, por volta das 11 horas o trânsito é um caos. A fachada ficou bem, só que não era para aquele espaço. O Mercadona não deveria ter sido construído ali. -----

Não estão a inviabilizar o investimento, querem investir muito bem, de acordo com as regras do PDM, algum técnico ou um conjunto de técnicos definiu que para aquela zona eram quatro pisos, quem somos nós, leigos na matéria, a dizer que se construa cinco, porque aquilo vai criar 120 postos de trabalho. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que pretendia dar alguns esclarecimentos que considera importantes, porque poderá ter havido uma má interpretação daquilo que é a deliberação. -----

Primeiro, ideologicamente, defende que a saúde deve ser pública tendencialmente universal e, portanto, quanto a isso, não há qualquer dúvida. Também, não só defende como é possível, porque seria acusado de abuso de poder, impedir qualquer investimento de teor privado, nomeadamente um hospital privado que é procurado, normalmente, por quem tem possibilidades, bem como defende que nenhum governo use essa estratégia para diminuir aquilo que é a competência do Serviço Nacional de Saúde. -----

Disse de seguida que não há violação do PDM, aquilo que estão a votar está previsto no PDM, é um reconhecimento estratégico que vai permitir o hospital possa passar de 4 pisos para 5 pisos, só numa parte do

hospital, não é em todo o hospital, e tem a ver com o funcionamento do hospital, que é melhor quando funciona em termos verticais. -----

O hotel não tem um piso extra e, além do hospital e do hotel, vamos ter uma unidade de cuidados continuados, que tem um cariz social, um serviço que, infelizmente, cada vez mais é procurado em todo o país. -----

Pretende potenciar o turismo de natureza e para isso necessitam de capacidade hoteleira, e espera que muitos hotéis venham a ser construídos no concelho, para que possa ter mais gente a usufruir daquilo que é o Coração Verde, as serras e os rios. -----

Relativamente ao Mercado, o facto de em determinadas horas do dia o trânsito ser mais agudizado significa que a população o queria, caso contrário não procuraria. -----

Disse de seguida que não estão a votar nada que viole o PDM, trata-se de um reconhecimento estratégico, que não dá redução de taxas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez**, disse que não estão apenas a discutir a alteração de um piso ou de fachada. -----

O PSD viabilizou em reunião de Câmara o envio do pedido para a Assembleia Municipal, reconhecem que é um investimento estratégico para o concelho, com um impacto económico relevante. A criação de 120 postos de trabalho é útil. -----

Disse de seguida que há uma questão que se prende com a área de cedência, e que está a ser definido na documentação em anexo como sendo destinado para uma piscina municipal, entendem que essa decisão cabe ao município e o município não deve estar refém daquilo que é a documentação de suporte da apresentação urbanística. -----

Estão a autorizar o uso edificatório de um terreno, que no seu loteamento original não tinha capacidade construtiva, havia um terreno que foi alvo de loteamento e esse terreno não lhe foi dada capacidade construtiva e, hoje vão integrar capacidade construtiva neste terreno através da sua SUOPG. -----

A Câmara quando fez a revisão do PDM incluiu este terreno na sua SUOPG 21, o que faz com que ele se possa alterar em termos urbanísticos e possa ter uma redistribuição da tal capacidade edificativa. Mas é diferente de discutirem a capacidade de um terreno que já está loteado. -----

Aliás, as SUOPG's, em todo o concelho são cheias de recortes porque o terreno já tem um PIP, ou já está construído, portanto este terreno alvo de um loteamento foi integrado, o que permitiu que um privado usasse para construir, a defesa de que a capacidade de construção aumenta não é correta, porque, na verdade é diferente construir naquele terreno ou no miolo do resto da sua SUOPG. -----

É uma situação que contrasta com aquilo que é a realidade de todas as SUOPG's. Nas demais SUOPG's não vai ser possível fazerem nenhum desenvolvimento económico, porque vão estar reféns da imposição que o município fez em obrigar que os diferentes proprietários cheguem a um acordo e encontrar uma solução que seja partilhada. O município conseguiu que esta SUOPG só tivesse um proprietário que integrasse um terreno que já estava loteado e, portanto, não tinha capacidade construtiva. Do ponto de vista de criar condições para que o investimento seja possível, é útil, mas queriam saber se é possível que passe a ser uma regra, um compromisso do município e não uma exceção. -----

Quanto à cronologia do processo, no dia 8 de setembro entrou um requerimento de um privado; no dia 16 de setembro consegue-se proferir uma decisão, uma informação conjunta dos departamentos da Câmara e de uma entidade externa que operou como consultora; passados 8 dias, dia 24 de setembro é aprovado o pedido de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

abertura de procedimento de discussão pública; dia 6 de outubro é publicado em Diário da República; dia 7 de novembro termina e dia 11 de outubro já têm despachos e pareceres; na semana passada vai a reunião de Câmara e hoje vem à Assembleia Municipal. -----

Disse de seguida que não só é um empreendimento especial como todo o processo foi especial, houve, claramente, interesse municipal, e isto não é necessariamente uma crítica, é mais um desafio para que possam usar essa excelência processual como bitola em todos os processos e procedimentos processuais. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que o Chefe de Divisão do Urbanismo se encontrava na sala para prestar os esclarecimentos técnicos que fossem necessários. -----

Disse de seguida que notou que o Membro Diogo Marquez concorda com o investimento, portanto sobre isso não há grande discussão. -----

Disse de seguida que se trata de um investimento importante para o concelho, um investimento que espera que venha a arrastar outros investimentos, empresas mais pequenas que vão girar em torno deste investimento maior, como aquilo que é reivindicação vinda da linha do Metro. -----

Quanto à rapidez processual espera que não seja uma exceção, mas sim uma regra, que todo o processo de gestão urbanística seja simplificado, com o objetivo de emitir licenças em 30 dias, para poderem ser atrativos para o investidor e captar mais investimento para o concelho. -----

O Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, **Eduardo Paupério**, disse que o que está a ser votado é o reconhecimento de carácter estratégico. -----

Disse de seguida que, por parte de um Membro, houve uma introdução que tem a ver com a limitação da unidade de execução, que será votada numa outra fase. -----

Estão a reconhecer estrategicamente o aumento de quatro para cinco pisos, bem como a deliberação fala em aumento de pisos e fala na altura da fachada. -----

A altura fixada da fachada para aquele sítio são 14 metros de altura, se os dividirem pelos quatro pisos têm 3,5 metros por cada piso, mas têm de descontar a espessura da laje que são cerca de 35 a 40 centímetros, e ficam com um pé direito de 3 metros. Esse pé direito não serve uma unidade hospitalar, portanto, era necessário utilizar uma prerrogativa que o PDM tem para esse tipo de edifícios, que é de aumentar a altura da fachada, e num ponto muito específico da unidade hospitalar, por questões de logística. -----

Portanto, não estão a votar nada sobre a unidade de execução, sobre a aprovação dos relacionamentos, estão apenas a dar a hipótese de reconhecer estrategicamente o empreendimento, para que depois se possa desenrolar os outros procedimentos. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que pretendia um esclarecimento, o senhor Presidente disse que iria ter uma unidade de cuidados continuados, aquelas unidades onde as pessoas, às vezes, são largadas quando não há retaguarda familiar. -----

Assim, questionada se era empreendimento privado carácter lucrativo ou uma IPSS. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que se trata de um investimento privado, o hospital é privado, a unidade de cuidados continuados tem uma resposta social, quem vai para lá é identificado pela segurança social, ou seja, os privados podem ter unidades de cuidados continuados como componente social. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez**, disse que gostaria de uma resposta relativamente à questão do loteamento, a inclusão do terreno. -----

O regulamento permite que façam a atribuição de carácter especial, o que está na deliberação, de acordo com o número dois, é a aprovação das seguintes condições: o reconhecimento do empreendimento de carácter estratégico incidirá sobre o aumento de um piso e da altura de fachada da unidade hospitalar, este ponto estão mais ou menos esclarecidos. -----

O segundo ponto diz que a concretização da operação urbanística está condicionada à prévia delimitação de uma unidade de execução, a alteração do loteamento 02.2001 e, era sobre este ponto que pretendia uma explicação. A questão do piso para ele não é prioritária, sobre a questão da operação de loteamento de 02.2001, gostava que explicassem, retirar um terreno que estava loteado, que não tinha capacidade construtiva porque foi atribuída a outros terrenos. As áreas de cedência mantêm-se as mesmas e, portanto, qual é que é o real benefício do município. -----

O Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, **Eduardo Paupério**, disse que a deliberação refere este reconhecimento de carácter estratégico, ou seja, se não for aprovado, não há reconhecimento de carácter estratégico. -----

Sobre a questão do loteamento, há um processo que está em curso na Câmara Municipal para alterar o loteamento e, esta área sairá fora do loteamento, mas sem capacidade construtiva. Portanto, no final, pretendem que o saldo do índice urbanístico fique dentro dos limites expectáveis e vai ficar muito abaixo daquilo que é o índice urbanístico admissível para o local. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.8 - Complexo Integrado de Saúde (hospital) e Hotel - Pedido de reconhecimento como Empreendimento de Carácter Estratégico, ao abrigo dos artigos 54.º a 56.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Valongo, para efeitos de admissão do acréscimo do n.º de pisos e altura da fachada - Ponderação dos resultados da discussão pública e versão final para submissão a aprovação pela Assembleia Municipal de Valongo, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 17 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP 3 votos das juntas de freguesia de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Contra: 1 voto do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstenção: 14 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL e 2 abstenções das juntas de freguesia de Alfena e Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez**, fez a seguinte declaração de voto: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### Declaração de Voto -----

O Grupo Municipal do PSD viabilizou em sede de Câmara, através da abstenção que o processo pudesse avançar para a Assembleia Municipal. O Grupo Municipal do PSD, também, viabiliza através da abstenção. -----  
Portanto, estão de acordo com que o investimento seja feito, têm muitas reservas sobre a forma como o processo foi feito. -----

Foi solicitada uma reunião com os técnicos através dos vereadores do PSD, não obtiveram oportunidade de o fazer e, portanto, todo este processo foi concebido e conduzido pelo Partido Socialista desde a própria definição da sua SUOPG que, hoje permite uma série de coisas até à aprovação do procedimento pela discussão pública e, portanto, o Grupo Municipal do PSD absteve-se, permitindo que o processo possa avançar para as fases seguintes, na expectativa de que as dúvidas que levantou sejam esclarecidas e que o interesse municipal seja salvaguardado. -----

-----  
O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.9 - Proposta de Designação do Fiscal Único para a Empresa Municipal Vallis Habita, E.M., não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo 12 votos do Grupo Municipal do PS e 4 votos das juntas de freguesia de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção da Junta de freguesia de Sobrado. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação em Minuta das deliberações tomadas tendo sido **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2.ª secretária: \_\_\_\_\_